****

**Ministério do Meio Ambiente**

**Conselho Nacional de Recursos Hídricos**

**MINUTA DE RESOLUÇÃO N**o **XXX, DE XX DE XXX DE 2017.**

*Estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, referidos no inciso II, do § 1o do art. 17, da Lei no 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28, da Lei no 9.984, de 2000, para o exercício orçamentário de 2018.*

O **CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nos 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 9.984, de 17 de julho de 2000, e 12.334, de 20 setembro de 2010, pelo Decreto n°4.613, de 11 de março de 2003, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria MMA no 437, de 8 de novembro de 2013, e

Considerando que compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos formular a Política Nacional de Recursos Hídricos e estabelecer diretrizes complementares à sua implementação, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

Considerando que o § 4o do art. 21, da Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000, estabelece que as prioridades de aplicação de recursos a que se refere o *caput* do art. 22, da Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997, serão definidas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica;

Considerando que o art. 17, da Lei no 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo art. 28, da Lei no 9.984, de 2000, estabelece no inciso II, do § 1o, que setenta e cinco centésimos por cento do valor da energia produzida constituem pagamento pelo uso dos recursos hídricos e serão aplicados, nos termos do art. 22, da Lei no 9.433, de 1997, na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos-SINGREH;

Considerando a Resolução no 70, de 19 de março de 2007, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, alterada pela Resolução no97, de 17 de dezembro de 2008, que estabelece os procedimentos, prazos e formas para promover a articulação entre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e os Comitês de Bacia Hidrográfica, visando definir as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, referidos no inciso II, do § 1o, do art. 17, da Lei no 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo art. 28, da Lei no 9.984, de 2000;

Considerando que a Agência Nacional de Águas - ANA observará as prioridades definidas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, de acordo com os arts. 4o e 7o da Resolução no70, de 2007, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos na elaboração e execução de seus programas e ações;

Considerando a Resolução no 166/2015, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, referidos no inciso II, do § 1º do art. 17, da Lei no 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28, da Lei no 9.984, de 2000, para os exercícios orçamentários de 2016 e 2017;

Considerando a Resolução no 181/2016, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que aprova as Prioridades, Ações e Metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2016-2020;

Considerando a Resolução no 97/2008, que estabelece os procedimentos, prazos e formas para promover a articulação entre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH e os Comitês de Bacia Hidrográfica, visando definir as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água definindo o prazo de 15 de abril para envio dos resultados da consulta à ANA, referente ao biênio 2018-2019:

Considerando que as Prioridades, Ações e Metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos apenas foram estabelecidas em dezembro de 2016, resolve:

Art. 1o A aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água referidos no inciso II, do § 1o, do art. 17, da Lei no 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo art. 28, da Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000, deverá priorizar para o exercício orçamentário de 2018, as Prioridades, Ações e Metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos, contidos na Resolução no 181/2016.

Parágrafo único: para os exercícios orçamentários de 2019 e 2020 deverá ser observado o disposto na Resolução no 70/2007 e suas alterações.

Art. 2o Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

|  |  |
| --- | --- |
| **JOSÉ SARNEY FILHO**  **Presidente** | **JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR**  **Secretário Executivo** |